



CÂMARA MUNICIPAL DE LUZ-MG

CONCURSO PÚBLICO 01/2026

CADERNO DE QUESTÕES

CARGO: ASSISTENTE DE GABINETE PARLAMENTAR

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. A duração total da prova é de 3 (três) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da Folha de Respostas.
2. O candidato somente poderá iniciar a prova ou folhear o caderno de questões após autorização do fiscal de sala.
3. Antes de iniciar, verifique se o seu caderno contém 40 (quarenta) questões objetivas, numeradas corretamente, e se todas as páginas estão completas e legíveis.
4. Cada questão apresenta quatro alternativas (A), (B), (C) e (D). Marque somente uma alternativa na Folha de Respostas.
5. Utilize caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Rasuras, marcações múltiplas ou o uso de lápis implicam anulação da questão.
6. A Folha de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato, não sendo fornecida substituição em caso de erro, rasura ou marcação indevida.
7. Confira seus dados pessoais na Folha de Respostas antes de iniciar a prova.
8. É proibido consultar qualquer material, comunicar-se com outros candidatos ou utilizar equipamentos eletrônicos, tais como celulares, fones de ouvido, relógios digitais, calculadoras, entre outros.
9. O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação da prova depois de transcorrido o tempo de 60 minutos da duração da prova, levando consigo o caderno de provas.
10. Mantenha silêncio e obedeça às orientações do fiscal de sala. O descumprimento destas normas poderá acarretar eliminação do certame.

BOA PROVA!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 1

Nos termos da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município de Luz, compete à Câmara Municipal exercer o controle externo da Administração Pública Municipal. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- A) A fiscalização exercida pela Câmara Municipal abrange exclusivamente os atos do Poder Executivo, não alcançando a administração indireta.
- B) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas competente, alcançando a administração direta e indireta quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.
- C) O controle externo da Câmara Municipal limita-se à análise da execução orçamentária anual, sendo vedada a fiscalização dos atos administrativos praticados ao longo do exercício financeiro.
- D) Compete exclusivamente ao Poder Executivo realizar a fiscalização contábil, financeira e patrimonial da Administração Pública Municipal

QUESTÃO 2

Durante os trabalhos legislativos, um Vereador apresentou ao Plenário da Câmara Municipal de Luz requerimento solicitando informações ao Secretário Municipal de Obras sobre a execução de determinado serviço de pavimentação. Considerando a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno da Câmara, assinale a alternativa correta.

- A) O Vereador pode encaminhar diretamente o pedido ao Secretário Municipal, em nome da Câmara, independentemente de apresentação ou aprovação pelo Plenário.
- B) O requerimento deve ser dirigido ao Prefeito Municipal, pois os Secretários Municipais não podem receber pedidos de informação diretamente do Poder Legislativo.
- C) O pedido de informação somente pode ser formulado pela Mesa Diretora, sendo vedada a apresentação de requerimento por Vereador.
- D) O requerimento deve ser submetido à apreciação do Plenário e, uma vez aprovado, o pedido escrito será encaminhado pela Mesa da Câmara à autoridade competente, que deverá atendê-lo no prazo de quinze dias.

QUESTÃO 3

Um estagiário do gabinete pergunta ao Assistente de Gabinete Parlamentar o que é a Lei Orgânica do Município e que matérias ela deve obrigatoriamente abordar. Nos termos da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município deve dispor sobre:

- A) A eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos vereadores, a organização e as competências da Câmara Municipal e da administração municipal.
- B) A organização dos Poderes da União, a competência do Congresso Nacional e a criação de tribunais federais.
- C) A eleição do Governador do Estado, a organização da Assembleia Legislativa e as competências do Poder Judiciário estadual.
- D) A forma de eleição do Presidente da República e a organização das Forças Armadas e do Ministério Público Federal.

QUESTÃO 4

A Câmara Municipal de Luz pretende criar novos cargos para atender às necessidades de seus serviços administrativos e fixar os respectivos vencimentos. Durante a preparação da proposição, um Vereador sustentou que o projeto poderia ser apresentado individualmente por qualquer membro da Câmara. Considerando a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de Luz, assinale a alternativa correta.

- A) A iniciativa compete privativamente ao Prefeito Municipal, porque toda criação de cargo público que gere aumento de despesa pertence exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo.
- B) A iniciativa pode ser exercida individualmente por qualquer Vereador, desde que o projeto seja aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara.
- C) A iniciativa compete à Mesa da Câmara, à qual cabe propor projeto de lei que crie ou extinga cargos dos serviços do Poder Legislativo e fixe os respectivos vencimentos.
- D) A criação dos cargos pode ser realizada diretamente pelo Presidente da Câmara, mediante ato administrativo, dispensada a aprovação do Plenário e a edição de lei.

QUESTÃO 5

Um vereador do Município de Luz foi condenado criminalmente por sentença transitada em julgado. Durante reunião do gabinete, o Assistente de Gabinete Parlamentar é questionado sobre os efeitos dessa condenação em relação aos direitos políticos do agente público. Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar que:

A) A condenação criminal transitada em julgado acarreta a suspensão dos direitos políticos enquanto durarem seus efeitos, nos termos da Constituição Federal.

B) A condenação criminal transitada em julgado implica a perda definitiva dos direitos políticos, vedada sua futura recuperação.

C) A condenação criminal somente produz efeitos sobre os direitos políticos após decisão da Câmara Municipal.

D) A condenação criminal não produz qualquer efeito sobre os direitos políticos, restringindo-se exclusivamente à esfera penal.

QUESTÃO 6

Em virtude de reajuste previsto em lei, o Assistente de Gabinete Parlamentar é questionado sobre os critérios para a fixação do subsídio dos vereadores do Município de Luz. Nos termos da Constituição Federal, o subsídio dos vereadores será:

A) Fixado por decreto do Prefeito Municipal, independentemente de qualquer apreciação pela Câmara Municipal.

B) Fixado em valor idêntico ao dos Deputados Estaduais, sem possibilidade de variação entre os Municípios.

C) Fixado pela Mesa Diretora, sem necessidade de submissão ao plenário da Câmara Municipal.

D) Fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observados os limites constitucionais.

QUESTÃO 7

Um vereador do Município de Luz profere declarações em sessão plenária criticando a atuação do Prefeito. O Prefeito ameaça processar o vereador criminalmente. O Assistente de Gabinete Parlamentar é consultado sobre a imunidade parlamentar dos vereadores. Nos termos da Constituição Federal, é correto afirmar:

A) Os vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

B) Os vereadores possuem imunidade material em todo o território nacional, idêntica à dos Deputados Federais.

C) Os vereadores não possuem qualquer tipo de imunidade, respondendo civil e penalmente por todas as declarações.

D) Os vereadores têm imunidade apenas para declarações escritas, não abrangendo declarações orais em plenário.

QUESTÃO 8

Durante sessão ordinária da Câmara Municipal de Luz, cinco Vereadores protocolaram requerimento para criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), destinado a apurar possíveis irregularidades na execução de contrato de coleta de resíduos sólidos firmado pelo Município, delimitando expressamente os fatos a serem investigados e fixando prazo para conclusão dos trabalhos. Um Vereador sustentou que a instalação dependeria de aprovação da maioria absoluta do Plenário.

À luz da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município de Luz e do Regimento Interno da Câmara Municipal, assinale a alternativa correta.

A) A CPI somente poderá ser instaurada após aprovação da maioria absoluta dos Vereadores, independentemente do número de subscritores do requerimento.

B) A criação da CPI depende de autorização do Prefeito Municipal, por envolver investigação de atos da Administração Pública.

C) Preenchidos os requisitos de subscrição por um terço dos membros da Câmara, indicação de fato determinado e fixação de prazo certo, a Comissão Parlamentar de Inquérito deverá ser instituída, independentemente de deliberação do Plenário.

D) A CPI poderá ser criada por iniciativa de qualquer Vereador, ainda que o requerimento não indique fato determinado ou prazo para conclusão dos trabalhos.

QUESTÃO 9

Com a atualização do censo demográfico, o Assistente de Gabinete Parlamentar é questionado sobre os critérios para definir o número de vereadores do Município de Luz. Nos termos da Constituição Federal, o número de vereadores:

A) É fixado livremente pela Lei Orgânica do Município, sem qualquer limite estabelecido na Constituição.

B) É definido de acordo com a população do Município, observados os limites máximos estabelecidos pela Constituição Federal.

C) É sempre igual a nove, independentemente do número de habitantes do Município.

D) É definido pelo Tribunal Superior Eleitoral antes de cada eleição municipal.

QUESTÃO 10

O Prefeito de Luz pretende nomear uma pessoa para cargo efetivo na Prefeitura, sem realizar concurso público. O Assistente de Gabinete Parlamentar, ao tomar conhecimento do fato, é consultado sobre a exigência constitucional. Nos termos da Constituição Federal, o provimento de cargo público efetivo na administração municipal:

A) Depende de livre nomeação pelo Prefeito, sem necessidade de concurso público, quando se tratar de cargo de provimento em comissão.

B) Pode ser feito por indicação de vereadores, independentemente de concurso público, em até cinquenta por cento dos cargos.

C) É dispensável o concurso público quando o nomeado possuir experiência comprovada na área de atuação.

D) Depende de concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

QUESTÃO 11

Um grupo de vereadores de Luz pretende propor emenda à Lei Orgânica do Município para alterar as competências da Câmara Municipal. O Assistente de Gabinete Parlamentar pesquisa os requisitos para a aprovação de emenda à Lei Orgânica. Nos termos da Constituição Federal, a Lei Orgânica do Município:

A) É votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal.

B) É votada em turno único, aprovada por maioria simples dos vereadores presentes à sessão.

C) Pode ser alterada por decreto do Prefeito Municipal, mediante autorização prévia da Câmara.

D) É votada em três turnos, com interstício mínimo de trinta dias, e aprovada por maioria absoluta.

QUESTÃO 12

O Prefeito Municipal de Luz vetou integralmente um projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal e encaminhou a respectiva mensagem de veto ao Presidente da Câmara dentro do prazo legal.

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Luz, assinale a alternativa correta.

A) O veto será apreciado pela Câmara Municipal no prazo de 15 (quinze) dias, podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.

B) O veto será apreciado pela Câmara Municipal no prazo de 30 (trinta) dias, sendo necessária a aprovação de dois terços dos Vereadores para sua rejeição.

C) O veto somente poderá ser apreciado após parecer favorável do Tribunal de Contas do Estado.

D) O veto impede definitivamente a tramitação do projeto de lei, não sendo admitida sua rejeição pela Câmara Municipal

QUESTÃO 13

Durante a elaboração de um parecer para um Vereador, o Assistente de Gabinete Parlamentar precisou identificar os fundamentos da República Federativa do Brasil previstos na Constituição Federal. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses fundamentos.

A) Separação dos Poderes.

B) Pluralismo político.

C) Moralidade administrativa.

D) Livre concorrência.

QUESTÃO 14

Um cidadão comparece à Câmara Municipal de Luz solicitando ao Assistente de Gabinete Parlamentar orientação sobre como obter informações pessoais constantes em banco de dados da Prefeitura. Nos termos da Constituição Federal, o remédio constitucional adequado para assegurar o conhecimento ou a retificação de informações pessoais constantes em bancos de dados de entidades governamentais é:

A) O habeas corpus, por se tratar de direito de locomoção ameaçado por ilegalidade.

B) O mandado de segurança, por se tratar de direito líquido e certo não protegido por habeas corpus.

C) O mandado de injunção, por se tratar de falta de norma regulamentadora.

D) O habeas data, por se tratar de conhecimento ou retificação de informações pessoais em bancos de dados de entidades governamentais.

QUESTÃO 15

O Assistente de Gabinete Parlamentar auxilia um vereador na elaboração de projeto de lei municipal sobre saúde pública. Nos termos da Constituição Federal, sobre o direito à saúde, é correto afirmar:

A) A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos.

B) A saúde é dever exclusivo da União, não se estendendo a obrigatoriedade aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

C) A saúde é direito de todos, mas sua garantia depende exclusivamente da iniciativa privada, sem intervenção do Estado.

D) A saúde é direito facultativo, cuja prestação pelo Estado depende de disponibilidade orçamentária anual.

QUESTÃO 16

Um morador do Município de Luz deseja candidatar-se ao cargo de vereador nas próximas eleições e consulta o Assistente de Gabinete Parlamentar sobre os requisitos de elegibilidade. Nos termos da Constituição Federal, são condições de elegibilidade:

A) A nacionalidade brasileira nata, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição e a idade mínima de dezoito anos.

B) O pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição e a filiação ao partido político há pelo menos cinco anos.

C) A nacionalidade brasileira, o pleno exercício dos direitos políticos, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição, a filiação partidária e a idade mínima exigida para o cargo.

D) A nacionalidade brasileira, o alistamento eleitoral, o domicílio eleitoral na circunscrição e a aprovação em exame de conhecimentos gerais.

QUESTÃO 17

Um vereador de Luz pretende apresentar projeto de lei dispondo sobre matéria de interesse específico do Município. O Assistente de Gabinete Parlamentar é consultado sobre a competência municipal para legislar. Nos termos da Constituição Federal, compete aos Municípios:

- A) Legislar sobre questões judiciais, matéria penal e processual penal, com exclusividade.
- B) Legislar sobre assuntos de interesse local, suplementando a legislação federal e estadual no que couber.
- C) Legislar sobre direito civil, comercial e econômico, com exclusividade em relação aos demais entes.
- D) Legislar sobre sistema monetário e cambial, de forma concorrente com a União e os Estados.

QUESTÃO 18

A Câmara Municipal de Luz realiza concurso público para o provimento do cargo de Assistente de Gabinete Parlamentar. Nos termos da Constituição Federal, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de:

- A) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e celeridade processual.
- B) Legalidade, impessoalidade, moralidade, razoabilidade e eficiência.
- C) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade.
- D) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

QUESTÃO 19

O Presidente da República vetou integralmente um projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional. Encaminhada a mensagem de veto, iniciou-se o procedimento de apreciação pelo Poder Legislativo. Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- A) O veto somente poderá ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados e da maioria absoluta dos membros do Senado Federal, em votação conjunta do Congresso Nacional, com apuração dos votos de cada Casa separadamente.
- B) O veto poderá ser rejeitado pela maioria simples dos parlamentares presentes à sessão conjunta do Congresso Nacional.

C) O veto somente poderá ser rejeitado pelo voto de dois terços dos membros do Congresso Nacional, considerada a soma dos votos de Deputados e Senadores.

D) A rejeição do veto depende exclusivamente da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, cabendo ao Senado apenas referendar a decisão.

QUESTÃO 20

O Assistente de Gabinete Parlamentar é encarregado de organizar documentos relativos à tramitação da Lei Orçamentária Anual do Município de Luz. Nos termos da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- A) Estabelece as diretrizes e objetivos do governo municipal para as despesas de capital dos quatro exercícios seguintes.
- B) Limita-se a dispor sobre alterações na legislação tributária, não tratando de metas, prioridades ou orientação da elaboração da Lei Orçamentária Anual.
- C) Compreende as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício subsequente, e orienta a elaboração da lei orçamentária anual.
- D) Estima as receitas e fixa as despesas da administração direta e indireta dos Poderes do Município para o exercício corrente.

QUESTÃO 21

O Presidente da Câmara Municipal de Luz edita portaria nomeando um servidor para exercer função gratificada no gabinete. Sobre os elementos do ato administrativo, assinale a alternativa correta:

- A) Os elementos do ato administrativo são competência, finalidade, formalidade, motivo e objeto, sendo a competência dispensável em casos de urgência.
- B) São elementos do ato administrativo a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto, devendo todos estar presentes para que o ato seja válido.
- C) Os elementos do ato administrativo são competência, finalidade, interesse público, motivo e objeto, podendo a finalidade ser presumida em todos os casos.
- D) Os elementos do ato administrativo são competência, finalidade, publicidade, motivo e objeto, sendo a publicidade elemento essencial para a validade do ato.

QUESTÃO 22

Um servidor da Câmara Municipal de Luz tem seu pedido de licença negado por ato do Presidente, apesar de estar amparado por laudo médico. Sobre os atributos do ato administrativo, assinale a alternativa correta:

- A) A autoexecutoriedade é atributo presente em todos os atos administrativos, independentemente de previsão legal.

- B) A imperatividade é atributo presente em todos os atos administrativos, inclusive os atos negociais.
- C) A tipicidade é atributo que permite ao administrador criar livremente os atos que julgar convenientes.
- D) A presunção de legitimidade e veracidade admite prova em contrário, sendo considerada juris tantum.

QUESTÃO 23

A Prefeitura Municipal de Luz notifica um estabelecimento comercial por descumprimento de posturas municipais, aplicando multa e determinando o fechamento temporário. Sobre o poder de polícia exercido pela administração municipal, assinale a alternativa correta:

- A) O poder de polícia é a faculdade de que dispõe a administração pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade.
- B) O poder de polícia permite à administração atuar sem qualquer limite legal, podendo restringir direitos individuais a seu critério exclusivo.
- C) O poder de polícia é exercido exclusivamente pelo Poder Legislativo, por meio de leis e resoluções.
- D) O poder de polícia abrange apenas a fiscalização tributária, não se estendendo a outras áreas como saúde e segurança.

QUESTÃO 24

Um servidor da Câmara Municipal de Luz comete falta funcional e é submetido a processo administrativo disciplinar. Sobre o poder disciplinar da administração pública, assinale a alternativa correta:

- A) O poder disciplinar atinge qualquer pessoa, independentemente de manter vínculo específico com a administração pública.
- B) O poder disciplinar é exercido sem necessidade de observância do devido processo legal e da ampla defesa.
- C) O poder disciplinar é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos da administração.
- D) O poder disciplinar permite a aplicação de penas criminais, como detenção e reclusão.

QUESTÃO 25

Durante a análise de um processo licitatório da Câmara Municipal, o Assistente de Gabinete Parlamentar foi solicitado a verificar se os atos praticados estavam em conformidade com os princípios expressamente previstos na Lei nº 14.133/2021. Considerando essa legislação, assinale a alternativa correta.

- A) A licitação será conduzida, entre outros, pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse

público, da transparência, da eficácia, do planejamento, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

B) A Lei nº 14.133/2021 estabelece como princípios exclusivos da licitação a supremacia do interesse público, a autotutela administrativa e a indisponibilidade do interesse público.

C) A Lei nº 14.133/2021 prevê que a Administração Pública poderá afastar o princípio da vinculação ao edital sempre que entender mais conveniente ao interesse público.

D) A Lei nº 14.133/2021 autoriza a Administração Pública a flexibilizar o julgamento objetivo quando houver justificativa de interesse administrativo.

QUESTÃO 26

Após fortes chuvas, parte da cobertura do prédio da Câmara Municipal de Luz foi destruída, ocasionando infiltrações que comprometeram o funcionamento do Plenário e colocaram em risco a segurança de servidores e usuários. Diante da necessidade de realizar imediatamente os reparos indispensáveis para restabelecer as atividades legislativas, a Administração instaurou procedimento de contratação direta.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, assinale a alternativa correta.

- A) A contratação direta é cabível por dispensa de licitação, desde que caracterizada a situação emergencial, limitada aos bens e serviços indispensáveis ao atendimento da emergência e precedida da instrução do processo prevista na lei.
- B) A contratação deve ocorrer por inexigibilidade de licitação, porque a urgência torna inviável a competição entre fornecedores.
- C) A mera necessidade de rápida contratação autoriza a dispensa de licitação, ainda que inexistente situação emergencial ou risco de prejuízo à continuidade do serviço público.
- D) A contratação emergencial dispensa a formalização de processo administrativo, bastando a autorização da autoridade competente.

QUESTÃO 27

Um servidor da Câmara Municipal, no exercício de suas atribuições, conduzia veículo oficial quando, por imprudência, colidiu com um automóvel particular, causando danos materiais ao seu proprietário. Nos termos da Constituição Federal, assinale a alternativa correta acerca da responsabilidade civil do Estado.

- A) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

- B) A responsabilidade civil do Estado depende da comprovação de dolo do agente público.
- C) O Estado somente responde pelos danos causados por seus agentes após o trânsito em julgado de eventual ação penal.
- D) O agente público responde exclusivamente pelos danos causados, não cabendo responsabilização da Administração Pública.

QUESTÃO 28

O Município de Luz concedeu à iniciativa privada a prestação do serviço público de transporte coletivo urbano. Em determinado período, usuários passaram a reclamar de atrasos frequentes, interrupções sem justificativa, veículos em condições precárias e atendimento inadequado aos passageiros. Ao analisar o contrato de concessão, a Câmara Municipal verificou a necessidade de avaliar se o serviço estava sendo prestado de forma adequada.

Nos termos da Lei nº 8.987/1995, assinale a alternativa correta.

- A) Considera-se serviço adequado aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
- B) Considera-se serviço adequado aquele prestado com eficiência, economicidade, universalidade e sustentabilidade ambiental, ainda que haja interrupções frequentes.
- C) Considera-se serviço adequado aquele que atenda apenas aos requisitos definidos no contrato de concessão, independentemente dos parâmetros estabelecidos em lei.
- D) Considera-se serviço adequado aquele prestado com continuidade e eficiência, sendo facultativos os requisitos de segurança, cortesia e modicidade das tarifas.

QUESTÃO 29

O Assistente de Gabinete Parlamentar é encarregado de redigir ofício. Sobre a redação oficial, assinale a alternativa correta:

- A) A redação oficial admite o uso de linguagem coloquial e expressões regionais para aproximá-la do cidadão.
- B) A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, clareza, concisão, formalidade, padronização e uso do padrão culto da língua.
- C) A redação oficial permite o uso de recursos estilísticos e figuras de linguagem para tornar o texto mais atrativo.
- D) A redação oficial deve utilizar sempre linguagem rebuscada e erudita, com vocabulário incomum.

QUESTÃO 30

Um vereador solicita que o Assistente de Gabinete Parlamentar redija um ofício. Para adequar o texto à redação oficial, o servidor deve:

- A) Acrescentar mais detalhes e explicações para garantir que o destinatário compreenda integralmente o pedido.
- B) Utilizar expressões como "tenho a honra de levar ao conhecimento" e "aproveito o ensejo para reiterar protestos de estima".
- C) Substituir termos simples por sinônimos mais eruditos para conferir maior formalidade ao documento.
- D) Eliminar redundâncias, empregar frases curtas e diretas, e transmitir a informação com o menor número possível de palavras.

QUESTÃO 31

No exercício de suas atribuições, o Assistente de Gabinete Parlamentar elabora comunicações oficiais dirigidas a autoridades, órgãos públicos e cidadãos.

Considerando os princípios da Redação Oficial, assinale a alternativa correta.

- A) A redação oficial deve observar, entre outras características, a clareza, a objetividade, a impessoalidade, a correção gramatical e a utilização de linguagem compatível com a comunicação administrativa.
- B) A redação oficial admite linguagem coloquial e opiniões pessoais do redator, desde que facilitem a compreensão da mensagem.
- C) A utilização de expressões rebuscadas e períodos longos é recomendada para conferir maior formalidade aos documentos oficiais.
- D) A redação oficial deve priorizar o estilo pessoal do servidor responsável pela elaboração do documento, ainda que isso comprometa a uniformidade da comunicação administrativa.

QUESTÃO 32

Ao elaborar documento oficial destinado a uma autoridade pública, o Assistente de Gabinete Parlamentar deve observar as normas de redação oficial, empregando linguagem compatível com a finalidade da comunicação administrativa.

Assinale a alternativa correta.

- A) A redação oficial deve privilegiar a impessoalidade, a clareza, a objetividade e a correção gramatical, evitando expressões coloquiais e ambiguidades.
- B) A comunicação oficial admite linguagem informal sempre que houver proximidade entre o remetente e o destinatário.
- C) A utilização de opiniões pessoais do redator é recomendada quando contribuir para justificar o conteúdo do documento.

D) A linguagem rebuscada e o emprego de expressões de difícil compreensão são características desejáveis da redação oficial.

QUESTÃO 33

O Assistente de Gabinete Parlamentar revê um rascunho de ofício que contém a seguinte frase: "Estamos te encaminhando os documentos que você pediu para ver se dá pra resolver." Para adequar o texto à redação oficial, a reescrita correta é:

- A) "Estamos te enviando os documentos que tu solicitaste para que possas resolver."
- B) "Encaminhamos os documentos solicitados para a devida apreciação."
- C) "Tô mandando os papéis que você pediu pra dar uma olhada."
- D) "Remetemos à sua apreciação os documentos cuja solicitação foi por vós formulada."

QUESTÃO 34

A Câmara Municipal de Luz está implementando sua política de transparência ativa. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, é dever do órgão ou entidade pública garantir a transparência ativa, disponibilizando:

- A) Apenas as informações solicitadas por cidadãos, não havendo obrigação de divulgação espontânea.
- B) Exclusivamente as atas das sessões plenárias, sendo as demais informações de divulgação facultativa.
- C) Tão somente os dados de servidores públicos que autorizarem expressamente a divulgação.
- D) Informações de interesse coletivo ou geral produzidas ou custodiadas pelo órgão, tais como registros de despesas e estrutura organizacional.

QUESTÃO 35

Um cidadão protocolou pedido de acesso a informações junto à Câmara Municipal de Luz, requerendo cópia de documentos administrativos relacionados à execução de um contrato público. O órgão recebeu regularmente o pedido e iniciou sua análise.

Nos termos da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta.

- A) O acesso à informação deve ser autorizado de imediato quando disponível e, não sendo possível a concessão imediata, o órgão deverá observar o prazo legal para resposta previsto na Lei de Acesso à Informação.
- B) O órgão público possui prazo improrrogável de sessenta dias para responder ao pedido de acesso à informação.
- C) A Administração somente está obrigada a prestar informações quando houver determinação judicial.

D) O pedido de acesso à informação pode ser indeferido sem motivação, por se tratar de ato discricionário da Administração.

QUESTÃO 36

Um cidadão protocolou requerimento junto à Câmara Municipal solicitando acesso a documentos administrativos que não possuem qualquer restrição legal de sigilo. O Assistente de Gabinete Parlamentar foi consultado sobre a regra geral aplicável ao pedido. Nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a alternativa correta.

- A) O acesso à informação é a regra geral, sendo o sigilo admitido apenas nas hipóteses expressamente previstas em lei.
- B) Todo documento produzido pela Administração Pública possui natureza sigilosa até autorização expressa da autoridade competente para sua divulgação.
- C) A Administração Pública pode negar o acesso à informação sempre que entender que sua divulgação não é conveniente ao interesse administrativo.
- D) O acesso às informações públicas depende, obrigatoriamente, da demonstração de interesse jurídico direto pelo requerente.

QUESTÃO 37

Um cidadão teve seu pedido de acesso à informação indeferido pela Câmara Municipal de Luz por entender a Administração que os documentos solicitados possuíam acesso restrito. Inconformado, o requerente pretende utilizar os meios administrativos previstos na Lei de Acesso à Informação.

Nos termos da Lei nº 12.527/2011, assinale a alternativa correta.

- A) O requerente poderá interpor recurso administrativo contra a decisão que indeferiu o pedido de acesso à informação.
- B) O indeferimento do pedido de acesso à informação é irrecorrível na esfera administrativa.
- C) O recurso administrativo somente poderá ser apresentado após decisão judicial que reconheça o direito de acesso.
- D) O pedido de acesso à informação indeferido somente poderá ser renovado após o prazo de cinco anos.

QUESTÃO 38

Durante o atendimento ao público, um cidadão protocolou requerimento na Câmara Municipal de Luz informando nome, endereço, telefone e e-mail para receber comunicações sobre o andamento de sua solicitação. Ao orientar um novo servidor, o Assistente de Gabinete Parlamentar explicou quais informações são consideradas dados pessoais pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Nos termos da Lei nº 13.709/2018, assinale a alternativa correta.

- A) Considera-se dado pessoal apenas a informação que identifica diretamente uma pessoa, como nome e CPF.
- B) Consideram-se dados pessoais exclusivamente os dados pessoais sensíveis, como origem racial, convicção religiosa e dados de saúde.
- C) Considera-se dado pessoal apenas a informação referente a pessoa física viva que contenha fotografia ou biometria.
- D) Considera-se dado pessoal toda informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

QUESTÃO 39

No cadastro de demandas do gabinete, um vereador solicita que sejam registrados dados sobre a saúde de um munícipe. Nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), são considerados dados sensíveis:

- A) Os dados sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.
- B) Apenas os dados de identificação civil, como nome, CPF e número do RG.
- C) Apenas os dados de localização geográfica e endereço residencial do titular.
- D) Os dados de empresas e organizações, incluindo CNPJ e razão social.

QUESTÃO 40

A Câmara Municipal de Luz sofre tentativa de invasão ao sistema eletrônico. Nos termos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), o controlador de dados pessoais deve:

- A) Manter os dados pessoais sem qualquer proteção, uma vez que se tratam de informações de interesse público.
- B) Adotar medidas de segurança, técnicas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados.
- C) Comunicar tentativa de invasão apenas ao Prefeito Municipal, sem necessidade de informar aos titulares.
- D) Armazenar todos os dados pessoais em servidor local, sem necessidade de criptografia.